



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

<http://dx.doi.org/10.22351/et.v57i1.2936>

O SER HUMANO COOPERADOR COM DEUS: ÉTICA CRISTÃ A PARTIR DOS DOIS REGIMENTOS E TRÊS ESTAMENTOS NA TEOLOGIA DE MARTIM LUTERO¹

*The human being cooperative with God:
Christian ethics from the two regiments and three estates
in the theology of Martin Luther*

Wilhelm Wachholz²

Resumo: A doutrina da justificação por graça através da fé, que caracteriza a teologia de Martin Lutero, perpassa também sua última grande obra, a *Preleção sobre Gênesis*. Tudo que Deus criou é bom e serve para o benefício do ser humano. Pelo pecado, contudo, o ser humano se afastou de Deus e de toda a criação, da vida para a morte. Deus, em sua misericórdia e graça, não abandona o ser humano, mas o procura, chama para a reconciliação, cuja expressão mais concreta é o próprio Cristo. Deus reconcilia o ser humano, tornando-o justo para relações justas. O objetivo deste artigo é analisar, na teologia de Lutero, o ser humano justificado por Deus para ser justo cooperador de Deus para o melhoramento do mundo. O percurso da análise considerará a queda do ser humano no pecado, a relação entre os dois regimentos e os três estamentos, bem como ministérios e vocação com vistas à cooperação da pessoa cristã com Deus através de igreja, economia e política.

Palavras-chave: Cooperação com Deus. *Oeconomia. Ecclesia. Politia.*

Abstract: The doctrine of justification by grace through faith, which characterizes Martin Luther's theology, also permeates his last great work, the *Lecture on Genesis*. God created everything in a good way for the benefit of the human being. However, through sin, the human being distanced his/herself from God and from all of creation, from life to death. God, in his mercy and grace, does not abandon the human being, but seeks him and her out, calling them to reconciliation, the most concrete expression of which is Christ himself. God reconciles the human being, making him and her just for just relations. The goal of this article is to analyze, in Luther's theology, the human

¹ O artigo foi recebido em 25 de janeiro de 2017 e aprovado em 21 de abril de 2017 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Doutor em Teologia pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia (IEPG-EST), São Leopoldo/RS, Brasil. É professor na Faculdades EST, São Leopoldo/RS, Brasil, lecionando disciplinas de Teologia e História na Graduação e Pós-Graduação. Atualmente, é reitor dessa instituição. Contato: wachholz@est.edu.br

being justified by God to be the just *cooperator with God* for the improvement of the world. In the course of analysis I will consider the fall of the human being in sin, the relation between the two regiments and the three estates, as well as ministries and vocation aiming at the *cooperation with God* of the Christian person through Church, economy and politics.

Keywords: Cooperation with God. *Oeconomia. Ecclesia. Politia.*

Introdução

Martim Lutero concebe *Elohim*, ou seja, a “Trindade”, ou “pluralidade de Pessoas” como aquele que, no princípio, criou o céu e a terra. Na interpretação de Gn 1.11, ele caracteriza a terra como fundamento da “casa” ou “hospedagem”, cujo “teto” é o “céu” e os “mares”, as “paredes”. A boa criação não é abandonada, mas conservada, pois é amada pelo seu Criador. Deus abençoou a boa criação para que haja crescimento e multiplicação da vida, isto é, *produção e reprodução* da vida (*oeconomia*!).³

A partir da queda no pecado, Deus confronta o ser humano com a morte e o chama para a cooperação em favor da vida. Para Lutero, a cooperação com Deus ocorre através de três estamentos e ministérios, aos quais o ser humano, em particular a pessoa cristã, pertence. Em uma de suas *Conversações à Mesa (Tischreden)*, intitulada *Von dreierlei göttlichen Ständen (Das Três Espécies de Estamentos)*, ele caracteriza assim os estamentos: o primeiro é o estamento doméstico (*oeconomia*), que engloba matrimônio, família e produção/economia; o segundo é o estamento político e secular (*politia*), que abrange sociedade e política; e o terceiro abrange a igreja (*ecclesia*) em seu sentido terreno e institucional, embora seu caráter espiritual também deva ser incluído, e o ministério sacerdotal. Segundo Lutero, a pessoa pertence ao primeiro estamento como pai, mãe, servo ou criada; ao segundo, como cidadão e súdito ou como autoridade; e ao terceiro, como ministro, capelão, sacristão ou servo semelhante e como criatura a quem Deus dirige sua palavra. Isso é assim porque o ser humano nasce do matrimônio, é julgado pelo Estado e é tornado bem-aventurado pelo evangelho, que é pregado pelo sacerdócio.⁴

³ LUTERO, Martinho. Preleção sobre Gênesis. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2014. v. 12, p. 61, 68-69, 79-83, 89, 92, 95, 99-100, 113, 189-190, 243, 359.

⁴ LUTHER, Martin. *Tischreden*; Ausgewählt und eingeleitet von Karl Gerhard Steck. München: Wilhelm Goldmann, 1959. p. 143-144; BARTH, Hans-Martin. *Die Theologie Martin Luthers*; eine kritische Würdigung. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 2009. p. 429. Não é nossa intenção aqui discutir sobre limitações e sobre possibilidades e dificuldades de atualização desses modelos de estamentos a partir de Lutero (sobre isso, veja STÜMKE, Volker. *Das Friedensverständnis Martin Luthers*: Grundlagen und Anwendungsbereiche seiner politischen Ethik. Stuttgart: Kohlhammer, 2007. p. 144-146; BAYER, Oswald. *A teologia de Martin Lutero*; uma atualização. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 87; BARTH, 2009, p. 422-423). Independentemente de os estamentos, conforme concebidos por Lutero, retratarem ou não o ser humano atual e suas relações sociais, a proposta de Lutero continua válida no sentido de subsidiar a pergunta pela ética individual e social e de como a pessoa cristã pode ser cooperadora ativa na sociedade através de “boas obras”. Além disso, os estamentos auxiliam no sentido de estabelecer parâmetros sociais,

A queda no pecado afetou toda a boa criação de Deus. Cristo é, para Lutero, o mediador único da reconciliação do ser humano com Deus e com toda a criação e força transformadora que capacita o ser humano para a cooperação com Deus. Nesse sentido, o “pertencer” aos três estamentos excede o mero “existir” em perspectiva passiva no mundo, mas implica “ser para” através dos estamentos. Do “ser para”, em particular, da pessoa cristã, deriva o tema da ética cristã. Nessa perspectiva, esta análise objetiva compreender o ser humano feito, pela fé em Cristo, cooperador com Deus no “ser para”. Através da cooperação do ser humano, Deus governa o mundo por meio de seus dois regimentos, isto é, o espiritual e o secular.

Da criação ao pecado original

Em sua *Preleção sobre Gênesis*, Lutero localiza a gênese dos três estamentos na criação do mundo e na queda no pecado de Adão e Eva:

Essa é a instituição da Igreja, antes que houvesse organização econômica e política, pois Eva ainda não fora criada. A Igreja é instituída sem muros e sem qualquer pompa, num lugar muito amplo e agradável. Depois da instituição da Igreja, organiza-se também o regime doméstico, quando se dá Eva a Adão como parceira. Dessa maneira, o templo é anterior à casa, o que [aliás,] também é melhor. Tampouco houve organização política antes do pecado, porque não era necessária. Pois a organização política é o remédio necessário para a natureza corrompida. A paixão precisa ser reprimida pelos grillhões da lei e pelos castigos, para que ela não vagueie livremente. Por isso chama-se corretamente a organização política de reino do pecado, assim como Paulo chama Moisés de ministro da morte e do pecado. Pois é exclusiva e principalmente isto que a organização política faz; conter o pecado, conforme diz Paulo: “A autoridade carrega a espada para a punição dos maus” (Rm 13.4).^[5] Portanto, se os seres humanos não tivessem se tornado maus através do pecado, a organização política não teria sido necessária, mas Adão teria vivido com seus descendentes na máxima tranquilidade e teria realizado mais mexendo um só dedo do que podem realizar agora todas as espadas, instrumentos de tortura e machados. Não teria existido assaltante, homicida, ladrão, difamador, mentiroso. Ora, que necessidade teria havido de leis, de organização política, que são como um cautério e um remédio terrível por meio do qual se amputam membros nocivos para salvar as demais?⁶

o que nos parece extremamente válido numa sociedade pós-moderna que tende à desregulamentação, desestruturação, fragmentação. A título de exemplo, citamos Stümke, que desdobra os três estamentos em nove níveis: 1) Família, Economia; 2) Executivo, Legislativo e Judiciário; 3) Igreja, Escola, Cultura, Mídias. STÜMKE, 2007, p. 145.

⁵ A concepção de Lutero sobre o governo nesta citação é bastante negativa. Abaixo retornaremos a esse tema na relação com a concepção de Lutero sobre a função do governo em favor da paz. Para maior aprofundamento, contudo, indicamos a análise de Bayer sobre esse tema: BAYER, 2007, p. 106-109.

⁶ LUTERO, 2014, v. 12, p. 134-135. Veja também WESTHELLE, 2013, p. 329; STEGMANN, Andreas. *Luthers Auffassung vom christlichen Leben*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. p. 467-468. (Beiträge zur historischen Theologie, 175).

Lutero concebe o paraíso antes da queda como um “palácio” no qual Adão e Eva são moradores.⁷ O “palácio” é criado por Deus e, quando pronto, Adão e Eva são criados e conduzidos para dentro da “casa” para a governarem. Isso foi assim, segundo Lutero, para evidenciar que a providência divina e sua graça são superiores ao cuidado e esforço humanos. A providência divina na criação do mundo é expressão do cuidado, da bondade, do amor e da justiça de Deus para com o ser humano.⁸

A árvore da vida é o templo, altar e púlpito (*ecclesia*) de Adão e Eva, lugar no qual ambos deveriam evidenciar sua obediência e gratidão a Deus.⁹ A árvore é lugar e expressão de culto no sentido de serviço de Deus (*Gottesdienst*) ao ser humano, ou seja, expressão da providência divina. Porém, por causa do pecado, Adão e Eva inicialmente achavam que encontrariam segurança entre as árvores. Contudo, longe da árvore da vida, só encontraram insegurança e a ira de Deus. A voz de Deus, que busca por Adão e Eva fugitivos, é manifestação da lei do pecado e da morte e, simultaneamente, do evangelho da paz e da vida.¹⁰

O “susto” de Adão é a autodeclaração manifesta do pecado. O pecado é aversão e separação do ser humano de Deus. Pelo pecado, o ser humano se encurva em si mesmo e fecha-se em si mesmo. Nesse movimento, a própria autorrelação do ser humano, que originalmente estava em identidade com Deus, torna-se egocentrada, monóloga, autorreferente. O fechamento em si se expressa através da separação inicialmente em relação a Deus e, na sequência, de Adão com Eva e vice-versa, e, por fim, de ambos em relação à criação como um todo.¹¹

A aversão e o encurvamento em si mesmo afetam diretamente o conhecimento de Deus. O ser humano vivia em verdadeiro conhecimento de Deus, o que implicava pleno conhecimento e domínio sobre natureza, animais, criaturas, plantas etc. Tudo agora, contudo, apresenta as marcas do pecado, da violência, da morte, pois o pecado afetou sua condição de vida inocente, consequentemente, as relações do ser humano com Deus, o Criador, consigo mesmo, com o próximo e com a criação em sua profundidade absoluta. Em consequência do seu pecado, o ser humano vive num mundo completamente maldito em comparação ao seu estado original. O paraíso, que era sinônimo de paz, segurança e repleto de dádivas, é deformado pelo pecado, redundando em miséria e insegurança.¹²

A aversão a Deus e o encurvamento em si mesmo afetaram a comunicação imediata entre ser humano e Deus. Por causa da aversão a Deus, Deus passa a se comunicar de forma mediada com o ser humano. Por essa razão o Espírito Santo se vale de imagens e figuras como complementos da Palavra. A Palavra, portanto, se reveste

⁷ LUTERO, 2014, v. 12, p. 246.

⁸ ASENDORF, Ulrich. *Lectura in Biblia: Luthers Genesisvorlesung (1535-1545)*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1998. p. 451.

⁹ LUTERO, 2014, v. 12, p. 128, 246; ASENDORF, 1998, p. 327-328, 335.

¹⁰ LUTERO, 2014, v. 12, p. 81; ASENDORF, 1998, p. 315.

¹¹ LUTERO, 2014, v. 12, p. 60; BAYER, 2007, p. 130-131; ASENDORF, 1998, p. 316, 321, 335; BARTH, 2009, p. 191-196, 207.

¹² LUTERO, 2014, v. 12, p. 81, 104; ASENDORF, 1998, p. 316-322, 325, 328, 341.

de imagens e figuras para se comunicar. As primeiras imagens/figuras pelas quais a Palavra se instrumentalizou foram as peles de animais mortos que vestiram Adão e Eva (Gn 3.21). Deus não vestiu ambos com folhas, nem com algodão, “mas com peles de animais mortos para sinalizar que são mortais e que vivem na certeza de que terão que morrer”¹³. A pele de animais mortos serve para o ser humano lembrar-se de que “Deus chama a atenção com a própria palavra para os males passados e futuros [e ...] ele quer é que o ser humano anseie pela imagem perdida de Deus e comece a odiar tanto mais o pecado”¹⁴.

A unidade original entre a vida interior e exterior, a saber, a justiça, foi perdida com a queda no pecado. Se o mandato de Deus tivesse sido obedecido, a relação diante de Deus e a relação diante das outras pessoas seriam justas, e haveria plena comunhão com Deus (justiça interna) e com o próximo (justiça externa), além de vida eterna. O pecado, contudo, separou Adão e Eva de Deus e separou Adão e Eva, um/a do outro, para a morte. Para Lutero, a realidade da morte somente pode ser vencida pela ressurreição, antecipada e prometida em Cristo.¹⁵

O pecado, segundo Lutero, manifesta-se no ser humano através da incredulidade no Deus (primeira tábua da Lei) da providência. O ser humano foi criado por Deus como ser humano relacional. O seu caráter relacional é garantia de sua vida. Adão e Eva foram criados para, em comunhão, no sábado do descanso prestarem culto a Deus, como resposta ao serviço primeiro de Deus (*Gottesdienst*), manifesto na boa criação. Deus providenciou pela vida de Adão e Eva; bastar-lhes-ia ouvir e crer. O não ouvir, ou não dar ouvidos, se constituiu na desobediência, e a incredulidade os conduziu da vida para a morte. A vida, que era a natureza original do ser humano, foi desnaturalizada pelo pecado e pela morte.¹⁶

O pecado tem sua origem na dúvida e a conseqüente incredulidade. Foi o “talvez” (Gn. 3.3) do diabo que separou o ser humano da fé em Deus. A obra do diabo é exatamente esta: separar. Com o “talvez”, o diabo atacou a fé, suscitou a dúvida e a incredulidade, que se tornaram, então, fonte do pecado. Ao afastar-se da árvore da vida, do culto do sábado, Adão e Eva pecaram, construindo um outro deus, um outro culto, em outro lugar, que nada mais foi que idolatria.¹⁷

O pecado atingiu o ser humano em sua determinação básica de existência, isto é, como pecado original, ou pecado de origem.¹⁸ O pecado original ou de origem não é uma determinação qualitativa adicionada à substância do ser humano, mas uma determinação que atinge o ser humano em sua totalidade. Em consequência disso, o

¹³ LUTERO, 2014, v. 12, p. 237.

¹⁴ LUTERO, 2014, v. 12, p. 185, 239. A pele de animais, por sua vez, encontra paralelo na concretude da revelação de Deus em Cristo, em particular, no sacramento e na absolvição. Cristo não somente ensina, mas realiza o que ensina, a saber, reconciliação, vida, ressurreição e libertação da morte. LUTERO, 2014, v. 12, p. 60, 64, 244; ASENDORF, 1998, p. 308-309, 314, 432.

¹⁵ LUTERO, 2014, v. 12, p. 119, 143, 261; LÖFGREN, David. *Die Theologie der Schöpfung bei Luther*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, [1960]. p. 148-151; ASENDORF, 1998, p. 314.

¹⁶ LUTERO, 2014, v. 12, p. 116, 118, 136, 246, 256; BAYER, 2007, p. 128; ASENDORF, 1998, p. 334.

¹⁷ LUTERO, 2014, v. 12, p. 172-174, 178-179; ASENDORF, 1998, p. 334.

¹⁸ BAYER, 2007, p. 138.

ser humano passou a fingir, fantasiar e projetar seu coração em oposição àquilo para que fora criado: culto a Deus em resposta à sua providência. Como pecador, passou a construir imagens idolátricas, ao invés de louvar em culto a Deus.¹⁹

O reconhecimento do pecado como determinação implica a denúncia do (falso) moralismo. O princípio escolástico do *facere quod in se est* (faz o que está ao teu alcance, faz o melhor que podes) que afirmava o mérito diante de Deus através de obras como jejuns, peregrinações, celibato, indulgências é combatido por Lutero por pretender “resolver” a condição humana de pecado diante de Deus de forma aparente, moralista. A natureza humana, contudo, foi absolutamente afetada pelo pecado, de forma que obras humanas nada mais são que falsos moralismos que ignoram Deus e se constituem em idolatria de si mesmo.²⁰

O pecado não pode ser vencido pelo moralismo, mas somente pela fé em Cristo. Cristo é o fim do moralismo e a ação reconciliadora de Deus. Assim como Deus tudo criou, manifestando sua providência, também Cristo é providência de Deus. Assim como a boa criação de Deus somente deveria ser recebida por Adão e Eva como providência para o benefício, também Cristo somente pode ser recebido pela fé como providência e justiça de Deus. Pela fé, o ser humano é renascido para a “esperança da vida eterna” como providência de Deus, mas também renascido para a justiça de Deus. Cristo, portanto, é a chave escatológica pelo qual é apresentada ao ser humano a plenitude da justiça, santidade e sabedoria, a ser iniciada como obra pela graça de Deus, recebida pela fé.²¹

A iniciativa de Deus para a reconciliação do ser humano principiou já com Adão, encontrando-o com a Lei (“susto”), confrontando-o com o pecado e manifestando amorosamente sua graça (Evangelho). Da mesma forma, a revelação de Deus em Cristo é a iniciativa de reconciliação em Lei e Evangelho. A ação de Deus, visando à reconciliação do ser humano, segundo Lutero, encontra na cruz de Cristo a expressão máxima. A cruz reúne a árvore da morte, que é a Lei, e a árvore da vida que é o Evangelho ou Cristo. A cruz de Cristo é, portanto, o conhecimento de Deus em Lei e Evangelho.²² Toda a Bíblia apresenta estes dois tipos de obras pelas quais Deus age: obras de misericórdia e obras de ira, ou promessas e ameaças, benefícios e castigos. Por essa razão toda a Bíblia deve ser distinguida entre Lei e Evangelho. Ambas as obras, de ira e misericórdia, precisam ser pregadas sem omissão, para o próprio benefício do ser humano.²³

¹⁹ LUTERO, 2014, v. 12, p. 144; BAYER, 2007, p. 127-128.

²⁰ LUTERO, 2014, v. 12, p. 105, 173, 183-184, 275, 287, 341-344, 394; LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 2001. p. 78, 81; ASENDORF, 1998, p. 327, 336-337; BARTH, 2009, p. 207.

²¹ LUTERO, 2014, v. 12, p. 81, 105, 213, 289, 520-521.

²² LUTERO, 2014, v. 12, p. 204; LÖFGREN, [1960], p. 156; ASENDORF, 1998, p. 315, 328.

²³ Segundo Lutero, enquanto o ser humano aceita com alegria e disposição promessas e benefícios, não aceita a repreensão, o que é expressão de seu próprio estado de pecado. Para Lutero, a atitude de Adão evidencia isso. Confrontado com o pecado, acusa Deus e Eva pelo ocorrido; e o faz acusando Deus de ter colocado Eva em sua vida. LUTERO, 2014, v. 12, p. 197-199, 201, 453-456, 466. A pregação, contudo, não pode se deixar conduzir pelo que o ser humano deseja: “Certamente, a graça e o perdão dos pecados

Dos dois regimentos e dos três estamentos

O ser humano cristão testemunha, pela fé, no âmbito dos estamentos, a saber, da *oeconomia*, *politia* e *ecclesia* a esperança da restauração de todas as coisas. Nesse sentido, a interpretação pós-lapsária de Lutero merece ser ressaltada como exemplar para a tradição cristã, pois, através do ser humano cristão, feito servidor livre e cooperador com Deus, uma nova mundanidade (*Weltlichkeit*) já se torna uma realidade a ser vivida na fé e promessa do novo tempo de vida.²⁴

Deus governa o mundo através dos regimentos secular e espiritual, valendo-se dos estamentos e dos seres humanos e seus ministérios como instrumentos para preservação da criação. Cabe-nos, portanto, analisar como os dois regimentos e dos três estamentos são concebidos por Lutero com vistas à ética cristã.

Lutero não esboçou uma doutrina propriamente dita dos dois reinos ou regimentos. Uma doutrina dos dois reinos, isto é, o reino espiritual e secular, surgiu, sob esse conceito, na primeira metade do século XX, passando a ser questionada já na segunda metade do mesmo século.²⁵ Seguimos a tese de Stümke, segundo o qual não se deveria abandonar a concepção dos dois regimentos de Lutero, mas relacioná-los corretamente com os três estamentos.²⁶

Lutero emprega o conceito “estamentos” tendo no horizonte a sociedade em sua dimensão cultural e a cooperação mútua das pessoas cristãs. Por outro lado, quando se refere aos dois regimentos, o faz no sentido de apresentar para as pessoas cristãs a questão da autoridade e do uso da força.²⁷ Em outras palavras, enquanto com estamentos Lutero concebe a sociedade na perspectiva cultural, com regimentos concebe a legitimidade da autoridade na perspectiva do Estado.²⁸ De forma mais pragmática, Hans-Martin Barth caracteriza assim a relação entre os dois regimentos e os três estamentos em Lutero: os regimentos devem ser concebidos em perspectiva de teoria política ou teológica e os três estamentos como prédicas para as pessoas cristãs.²⁹

devem ser proclamados, mas para pessoas de corações e consciências aflitas. Aos que estão seguros e descartaram por completo o temor a Deus, no entanto, devem ser apresentados os golpes e a ira de Deus, para que sejam advertidos pelos exemplos de outros e deixem de pecar”. LUTERO, 2014, v. 12, p. 453.

²⁴ LUTERO, 2014, v. 12, p. 132, 137; ASENDORF, 1998, p. 341-342.

²⁵ Segundo Stümke, o questionamento surgiu após o final da Segunda Guerra Mundial, em decorrência de nazistas que recorreram a Lutero, estabelecendo a partir dele uma linha de tradição histórico-ideológica que passava por Frederico II e Bismarck até Hitler. STÜMKE, 2007, p. 196. Veja também ASENDORF, 1998, p. 475; BARTH, 2009, p. 422, 424-425.

²⁶ STÜMKE, 2007, p. 201. Stümke não concorda, por exemplo, com a tese de Asendorf de que a doutrina dos dois regimentos deva ser considerada como uma espécie de etapa de transição no pensamento de Lutero, razão pela qual Lutero não teria mais se valido dos conceitos “dois regimentos” ou “dois reinos” nos anos finais de sua vida, em favor dos conceitos dos três estamentos *oeconomia*, *politia* e *ecclesia*. Também não concorda com a tese de Bayer, segundo o qual a doutrina dos três estamentos abarcaria a doutrina dos dois reinos. Veja STÜMKE, 2007, p. 202; ASENDORF, 1998, p. 481.

²⁷ STÜMKE, 2007, p. 201.

²⁸ STÜMKE, 2007, p. 203.

²⁹ BARTH, 2009, p. 444.

Dos dois regimentos

Os regimentos secular e espiritual são, ambos, instrumentos de Deus para proteger cristãos e formas de Deus fazer valer os seus mandamentos no mundo. Por essa razão não estão em oposição um ao outro, mas precisam ser distinguidos entre si e na relação com os estamentos. A distinção entre os dois regimentos e os três estamentos resulta da perspectiva a partir da qual Lutero analisa a autoridade secular. Quando trata da legitimação da autoridade, da aceitação das normas seculares e do uso da força contra pessoas que transgridem a lei, Lutero concebe a autoridade como regimento secular, cuja tarefa é combater o reino do diabo. Nessa perspectiva, cabe obediência das pessoas cristãs à autoridade legitimamente constituída por Deus. Quando, contudo, se trata do serviço a ser prestado pela autoridade à vida do ser humano em sociedade, Lutero destaca as funções e responsabilidades da autoridade secular.³⁰

Lutero não se ocupou em estabelecer prescrições para o exercício do regimento secular, mas confiou à razão a fundamentação de seus princípios. No caso do regimento secular, a ênfase de Lutero está em como, através dos estamentos, o amor ao próximo pode ser vivenciado como mandato de Deus.³¹ Nesse sentido, em perspectiva da convivência do ser humano em sociedade, em especial no que diz respeito às relações econômicas e comerciais, faz-se necessária uma autoridade hierárquica, à qual se deve obediência, que deve administrar a realidade pública e econômica, uma vez que a realidade não é mais a do paraíso.³²

A ética política de Lutero não deve, contudo, ser reduzida e normatizada a partir da obediência à autoridade. A conjugação entre obediência à autoridade e cooperação através dos estamentos caracteriza a ética política em Lutero. Por isso uma recepção unilateral da concepção de Lutero sobre os dois regimentos leva ao perigo da defesa de um Estado prepotente, autoritário e não democrático. Ainda que não encontremos o moderno pensamento democrático em Lutero, ambos os elementos, isto é, de obediência e cooperação mútua, fundamentam sua concepção de ética política em perspectiva de uma ética da paz.³³ A ética da paz precisa ser fundamentada, de um lado, na aceitação da obediência à autoridade secular, suas leis e monopólio no uso da força; de outro, exige o engajamento e a crítica de seus cidadãos, conferindo uma dinâmica social que implique contrapontos à autoridade política sem, contudo, pleitear

³⁰ LUTERO, 2014, v. 12, p. 330-331; STÜMKE, 2007, p. 211; ASENDORF, 1998, p. 442. Para Lutero, “a autoridade não está com nenhum ser humano, mas simples e exclusivamente com a Palavra”. LUTERO, 2014, v. 12, p. 374. Portanto somente se pode falar de “autoridade” na relação com o mandato de Deus; autoridade a partir de si mesma, sem Palavra, não é autoridade autorizada, portanto não legítima.

³¹ STÜMKE, 2007, p. 205-206; ASENDORF, 1998, p. 460, 464, 466; BARTH, 2009, p. 433-434; STEGMANN, 2014, p. 474-477.

³² STÜMKE, 2007, p. 213. Veja também ASENDORF, 1998, p. 442.

³³ Para Lutero, o pecado encheu a terra de violência, guerras e mortes, portanto em oposição ao Deus da vida e da paz. A vontade do Deus Criador é a vida e não a morte, afirma Lutero, razão pela qual Deus abençoou a vida que criou para que se multiplicasse. LUTERO, 2014, v. 12, p. 288-289, 293, 332.

pela sua extirpação. A autoridade secular, portanto, necessita de cidadãos cooperativos e não de habitantes submissos e alienados.³⁴

A correta conjugação entre obediência à autoridade e cooperação crítica pressupõe a distinção dos objetivos (respectivamente, vida eterna e paz), instrumentos (respectivamente, Palavra e espada) e também da forma como regimento secular e espiritual se dirigem ao ser humano. A indistinção redundaria em dominação “hierocrática” ou “eclesiástico-estatal”, o que não tem somente como consequência a anulação de um regimento pelo outro, mas também o menosprezo das tarefas específicas de um regimento pelo outro. Deus incumbiu o regimento secular da tarefa de zelar pela justiça e pela paz na sociedade. Isso significa, de um lado, que a autoridade secular não tem autorização para estabelecer leis arbitrárias. Por outro lado, significa que não se pode pretender que a autoridade secular aja visando a “objetivos piedosos”, algo como uma cristandade, pois seus fundamentos devem repousar na razão e no direito natural. Isso, por fim, implica que utopias fanáticas devem ser rechaçadas, pois os objetivos do regimento secular estão circunscritos ao seu próprio âmbito de atuação. O não cumprimento do mandato de Deus exige que o regimento secular seja considerado como perverso e suas ordenações combatidas.³⁵ No exercício de suas funções, as autoridades seculares não se diferem dos demais estamentos e ministérios ordenados por Deus Criador, a saber, de obedecer a Deus, servir ao próximo e apoiar o bem-estar comum. Portanto a função do príncipe não se difere de outras funções, ministérios, profissões.³⁶

Dos três estamentos

Os estamentos são instrumentos de Deus, através dos quais os seres humanos cooperam para o melhoramento do mundo. Através dos estamentos, as pessoas se relacionam em cooperação e apoio mútuos, de forma a serem cooperadoras de Deus contra as forças desagregadoras. Dessa forma, a cooperação mútua das pessoas através dos estamentos é *realização* ética no “ser para”.³⁷

A *realização* das pessoas cristãs é “realização para” em cooperação com Deus através dos três estamentos, de forma que a mutualidade se expressa na inter-relação ativa de integração e cooperação dos próprios estamentos. A realização se dá fundamentalmente em duas relações: relação de si diante de Deus e relação de si com o próximo. Lutero entendia que “tu és um cristão para tua pessoa”, mas diante do outro, “és uma outra pessoa”. Nessa dupla relação, a pessoa cristã pode e deve sofrer injustiça (cruz), mas não pode consentir com a injustiça contra outrem, devendo ser “protetante” em favor da outra pessoa. Na perspectiva de sua própria vida (*Christperson*),

³⁴ STÜMKE, 2007, p. 213-214; STEGMANN, 2014, p. 490-497; ALTMANN, 1994, p. 40. Sobre a crítica às autoridades, veja LUTERO, 2014, v. 12, p. 407-409; ALTMANN, 1994, p. 172-174.

³⁵ STÜMKE, 2007, p. 216; ASENDORF, 1998, p. 464, 472; STEGMANN, 2014, p. 488-489.

³⁶ STÜMKE, 2007, p. 206-207.

³⁷ STÜMKE, 2007, p. 202.

a realidade da pessoa cristã é de sofrimento e cruz, mas no “ser para” o outro/mundo (*Weltperson*), ela tem responsabilidade cooperativa para com a outra pessoa.³⁸

Asendorf ressalta que, através da cooperação do ser humano nos três estamentos, o regimento espiritual é feito secular e o secular, espiritual. Dessa forma os três estamentos implicam desconstrução de muros que visam afirmar um mundo fechado, seja “espiritual” ou “profano”. A rigor, um mundo fechado profano e outro espiritual não existem. Por essa razão Lutero denunciou o monasticismo medieval pela sua concepção antimundana. A “profanidade”³⁹ recebe, a partir da promessa de Deus, sentido e objetivo, a saber, a serviço da vida.⁴⁰

Da cooperação com Deus através de estamentos e ministérios

A concepção de Lutero sobre os três estamentos abrange três âmbitos da ética medieval, isto é, individual (*ethica monastica*), doméstica (*ethica oeconomica*) e política (*ethica politica*). Lutero, contudo, introduz uma importante alteração nesse esquema, a saber, substitui *ethica monastica* por *ecclesia*. Essa alteração tem grande impacto, à medida que, ao lado de *politia* e *oeconomia*, a *ecclesia* é concebida em âmbito social (e não individual-monástico). Os três estamentos têm igual relevância social, pois devem ser performativos para a vida da sociedade. O ser humano não deve ser reduzido à ética individual, isto é, à piedade e virtude monásticas, mas sua relação no âmbito dos estamentos deve ser ético-socialmente relevante⁴¹, como Lutero ressalta em *Da Santa Ceia de Cristo*:

As sagradas ordens e verdadeiras fundações instituídas por Deus são estas três: o ministério sacerdotal, o estado matrimonial e a autoridade secular. Todos quantos se encontram no ministério pastoral ou a serviço da Palavra encontram-se numa ordem e num estado santo, correto, bom e agradável a Deus, tais como os que pregam, administram os sacramentos, administram a tesouraria comunitária, e também seus auxiliares, os sacristãos, mensageiros ou empregados, etc. Todas essas são atividades manifestamente santas para Deus. Da mesma forma, quem é pai ou mãe, que administra bem sua casa e gera filhos para servirem a Deus, também isso se constitui em santuário e em obra e ordem santa. Igualmente onde os filhos e empregados forem obedientes aos pais e senhores, existe santidade e quem nisso for encontrado é um santo vivo na terra. O mesmo vale para o príncipe ou governante, juiz, delegados, secretários de estado, escrivães, empregados e empregadas e os que servem aos primeiros, e ainda todos que obedecem submissamente. Tudo isso é santidade e vida santificada diante de Deus, posto que essas três instituições ou ordens estão baseadas na palavra de Deus. O que estiver fundamen-

³⁸ BARTH, 2009, p. 445-448.

³⁹ O próprio conceito *pro-fanus* indica relação com o *fanum*, ou seja, que está localizado antes (*pro*) da dimensão do santo (*fanum*). BRANDT, Hermann. *O Espírito Santo*. São Leopoldo: Sinodal, 1985. p. 74.

⁴⁰ ASENDORF, 1998, p. 468, 471-472, 478.

⁴¹ LUTERO, 2014, v. 12, p. 529; STÜMKE, 2007, p. 128-129; ASENDORF, 1998, p. 459; BARTH, 2009, p. 429-430; SCHILLING, Heinz. *Martin Luther; Rebell in einer Zeit des Umbruchs*. 2. Aufl. München: C. H. Beck, 2013. p. 515.

tado na palavra de Deus é necessariamente coisa santa, pois a palavra de Deus é santa e santifica a tudo quanto a ela estiver ligado ou nela contido⁴².

O serviço através de estamentos *des-loca* o ser humano de seu egocentrismo, tornando-o relevante socialmente e santificado por Deus. O serviço é santificado por ser serviço em cooperação com Deus em que, pela fé, o ser humano é colocado para fora de si, em Deus e no outro. Para Lutero,

[...] fé implica uma mudança e uma renovação de toda a natureza, de modo que os ouvidos, os olhos e o próprio coração ouvem, veem e sentem algo completamente diferente do que todos os outros seres humanos percebem.

Pois a fé é algo vivo e poderoso; não é mera especulação ociosa e não nada sobre o coração como o pato nada sobre a água. Assim como a água aquecida pelo fogo, embora permaneça sendo água, não é mais fria, mas agora é quente e totalmente diferente, assim a fé, obra do Espírito Santo, cria uma mente diferente e maneiras diferentes de sentir e produz um ser humano completamente novo.

Fé é algo dinâmico, complicado e poderoso. Se quisermos avaliá-la corretamente, sofremo-la mais do que agimos, porque ela muda os corações e os sentidos⁴³.

O serviço santificado implica conceber a inter-relação de estamentos (*Stände*), ministérios (*Ämter*) e vocação/chamamento (*Beruf/Berufung*). Com “estamento”, Lutero caracterizou uma das três ordens fundamentais criadas e preservadas por Deus bem como o papel social que uma pessoa ocupa, como referimos acima. Com “ministério”, concebe as tarefas e funções da pessoa. O ministério é a práxis do estamento. Assim, ministério e estamento são conceitos que caracterizam a realidade social e suas relações. O conceito “vocação”, por sua vez, denota um valor, isto é, que determinado ministério (*Amt*) deve ser encarado pela pessoa como mandato de Deus. E somente como mandato de Deus, o serviço/ministério é santificado. Para Lutero, então, estamento e ministério dizem respeito a todas as pessoas, cristãs ou não, mas vocação somente diz respeito a pessoas cristãs, denotando que o ministério é concretizado sob mandato da palavra de Deus.⁴⁴ Sem vocação, portanto, não há santidade, mas somente estamento e ministério em perspectiva egocentrada e, como tal, apenas obras autoescolhidas. A vocação é o chamado para fora de si e para o serviço social.

Lutero combateu a *ethica monastica* por entendê-la como não sendo mandato de Deus, mas obra autoescolhida, portanto, sem vocação e chamado, logo, sem relevância social. Por essa razão, como referimos acima, ele substituiu *ethica monastica* por *ecclesia*, como um estamento ao lado da *oeconomia* e *politia*. Ao lado dos outros dois estamentos, a *ecclesia* recebe relevância social. Além disso, Lutero combate a hierarquização de santidade entre os estamentos. A santidade diz respeito à vocação e não pode ser derivada, por exemplo, de uma “santidade monástica”. A “santidade

⁴² LUTERO, Martinho. Da Santa Ceia de Cristo – Confissão. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. v. 4, p. 370-371.

⁴³ LUTERO, 2014, v. 12, p. 366-367.

⁴⁴ STÜMKE, 2007, p. 126-127; ASENDORF, 1998, p. 458.

monástica” é, para Lutero, pretensão de uma soteriologia autoconstruída. Todos os estamentos e ministérios são instituídos por Deus, razão pela qual não se deve estabelecer uma hierarquia de santidade entre eles, menos ainda no sentido de estabelecer uma separação na sociedade de forma que a vida monástica seja superior à vida na esfera secular. Cada pessoa cristã que exerce sua vocação em obediência a Deus, seja através de qual estamento e ministério for, é igualmente santa, pois, pela fé que atende o chamado, é santificada.⁴⁵

A hierarquização de santidade entre os estamentos, para Lutero, é consequência de uma falsa soteriologia que olha para si e para o céu, e não para o próximo (*Mitmensch*) e o mundo.⁴⁶ Por essa razão, em seu escrito *Da Santa Ceia de Cristo*, após referir os três estamentos, enfatiza que a salvação não deve ser derivada de uma pressuposta santidade de estamentos e ministérios, mas concebida como dádiva recebida pela fé em Cristo.

Acima dessas três instituições ou ordens está somente a instituição universal do amor cristão, na qual não se serve apenas àquelas três ordens, mas também, de uma forma geral, a qualquer necessitado com todo tipo de benefícios, tais como: alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, perdoar aos inimigos, rogar por todos os homens na terra, suportar todo tipo de mal na terra etc. Vê, todas essas obras são santas e boas. Mesmo assim, nenhuma dessas instituições se constitui em caminho de salvação; acima de todas elas permanece o caminho único, ou seja, a fé em Jesus Cristo. Pois há uma grande diferença entre ser santo e ser salvo. Salvos seremos apenas por Cristo. Santos nos tornamos pelas duas coisas, pela fé e por essas instituições e ordens divinas. Até os ateus podem ter muita coisa de santo, mas nem por isso são salvos. Pois Deus quer essas obras de nós para seu louvor e para sua honra; e todos aqueles que estão salvos na fé em Cristo praticam tais obras e respeitam essas ordens.⁴⁷

As obras de amor se concretizam através dos diferentes ministérios e das diferentes tarefas no mundo. As diferenças dos ministérios são úteis para o conjunto social, pois reconhecem, de um lado, as diferentes vocações individuais, de outro, potencializam as especificidades de atuação necessárias em favor do bem-estar comum. Nesse ponto Lutero segue o princípio medieval da harmonia na diversidade, de tal forma que haja cooperação mútua em favor do melhoramento e bem-estar da sociedade. No mundo, a pessoa cristã não encontra o próximo como pessoa privada (*Privatperson*), mas como pessoa em ministério (*Amtsperson*). O que está em jogo não é a autonomia da sociedade, mas sua cooperação em consonância com a providência de Deus em favor da vida do ser humano.⁴⁸

Pela fé em Cristo, Deus justifica o ser humano e o coloca em relações de justiça. Por isso o agir da pessoa cristã não é definido de “dentro” (isso equivale a obras

⁴⁵ LUTERO, 2014, v. 12, p. 316, 399-373, 529-530; STÜMKE, 2007, p. 132-135; ASENDORF, 1998, p. 462, 464, 470; ALTMANN, 1994, p. 34-36.

⁴⁶ STÜMKE, 2007, p. 109.

⁴⁷ LUTERO, 1993, p. 371.

⁴⁸ SCHILLING, 2013, p. 515-516; STÜMKE, 2007, p. 130-131.

autoescolhidas de um ser humano egocentrado), mas de “fora”. A justificação pela fé encontra expressão e relevância social através das obras de amor. As obras de amor da pessoa justificada por Deus não são obras aleatórias, mas ordenadas de acordo com os estamentos e ministérios instituídos por Deus com vistas a uma nova mundanidade, uma mundanidade cooperativa. O amor cristão age em favor dessa nova mundanidade, que não se expressa somente como ação diaconal *através dos* estamentos e ministérios, mas também *como* força e dinâmica criativa e integradora entre/com-estamentos e entre/com-ministérios.⁴⁹ Em outras palavras, não é a autonomia, mas a inter-relação que caracteriza estamentos e ministérios com vistas à promoção da justiça e melhoramento do mundo.⁵⁰

As pessoas cooperadoras com Deus são chamadas e vocacionadas para a colaboração mútua no mundo. Contra as forças desagregadoras, que dividem e fracionam estamentos e ministérios⁵¹, as pessoas cristãs agem como corpo na e para a unidade. A obediência à segunda tábua da lei visa exatamente a isto, a saber, à cooperação das pessoas cristãs para que a criação, a terra habitada, seja cuidada, preservada, fomentada e administrada como a singular “casa” criada por Deus. A cooperação encontra, portanto, analogia nas atividades “naturais” (originais) de Adão e Eva no paraíso, isto é, de “plantar, cultivar e preservar”⁵², com vistas à própria vida.

A pessoa cristã não é cocriadora, mas cooperadora com Deus na preservação da vida.⁵³ Adão e Eva tornaram-se pecadores e idólatras por pretender ser cocriadores. Cooperação com Deus implica, de um lado, combater o pecado e o mal e, de outro, auxiliar para o bem-estar do próximo.⁵⁴ Verdadeiras obras são obras da justiça da fé, ou seja, obras da pessoa tornada justa pela graça, através da fé, para a justiça no mundo. Obras justas fundam-se na ética cristã no sentido de visarem à criação e sua preservação, intensação original de Deus. Obras justas são obras cooperativas.⁵⁵

As pessoas cooperadoras com Deus não concebem o mundo como “material” para suas “boas obras”. Nesse caso, o mundo, assim como a outra pessoa, somente se constituiria em “objeto” do fazer obras, mas não cumprir obras da justiça da fé.⁵⁶ Pelo

⁴⁹ LUTERO, 2014, v. 12, p. 473, 519; BAYER, 2007, p. 109; STÜMKE, 2007, p. 139-141. Barth ressalta que nem os dois reinos ou regimentos, nem os estamentos devem ser compreendidos de forma fixa, estanque. Os estamentos denotam funções, isto é, a transição para as diferentes vocações (*Berufe*). BARTH, 2009, p. 429.

⁵⁰ ALTMANN, 1994, p. 38.

⁵¹ A linguagem de Lutero sobre diabo, satanás, demônios é caracteristicamente medieval, embora ele não conceba o diabo como poder autônomo, isto é, no mesmo nível de Deus. O diabo é instrumento do próprio Deus e subalterno de Deus. Lutero emprega, de forma variável, conceitos como diabo, satanás, demônios e lhes atribui características distintas. Para a finalidade do presente estudo, assumimos predominantemente sua concepção na relação com a teologia da criação de que o diabo é “mentiroso”, “assassino” e responsável pelo caos. BARTH, 2009, p. 95. Veja também p. 88-101 e 208-210.

⁵² STÜMKE, 2007, p. 104, 137, 151; ASENDORF, 1998, p. 462, 472-473, 482.

⁵³ BAYER, 2007, p. 125.

⁵⁴ STÜMKE, 2007, p. 109-112.

⁵⁵ STÜMKE, 2007, p. 142-14; ASENDORF, 1998, p. 461, 473-474, 525.

⁵⁶ Sobre a diferenciação de Lutero sobre fazer e cumprir obras, veja LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de São Paulo aos Romanos. In: *Pelo Evangelho de Cristo*; obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma. Porto Alegre: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 182.

contrário, como cooperadoras, as pessoas cristãs, libertas do egoísmo (egocentrismo) pela fé, se percebem como criaturas na relação com seu Criador, cuja intensão é a plenitude da vida, conforme a ordem da criação. A fé confere ao ser humano identidade “excêntrica”, de fora para dentro, pois tira o ser humano de seu centro e o coloca em outro centro, isto é, em Cristo. Tornando cristocêntrico, o ser humano é também tirado da escravidão do seu egoísmo e colocado, pelo amor, num segundo centro, fora de si, de forma que as outras pessoas se tornam efetivamente próximas (*Mitmenschen*) e o todo da criação passa a ser cocriação (*Mitschöpfung*). Pela fé, a pessoa cristã é tornada cristocêntrica e pelo amor, alterocêntrica.

As pessoas cooperadoras de Deus vivem o amor através de uma nova mundanidade recebida de Deus. Essa mundanidade tem seu fundamento no Doador e Senhor de todas as bênçãos, portanto não repousa em mérito humano, mas na graça de Deus. Através da cooperação com Deus, pelos ministérios nos três estamentos, é testemunhado o agir gracioso de Deus (*sola gratia*).⁵⁷

Em consonância com isso, o verdadeiro culto a Deus principia com o crer na promessa e providência de Deus (o culto instituído por Deus para Adão e Eva no sábado da criação!). Crer na promessa de Deus e confiar na sua providência em favor da preservação da criação são inseparáveis na teologia de Lutero. A fé cede (*cedere*)⁵⁸ diante de Deus, tirando o ser humano de seu centro e egoísmo e o torna cooperador com Deus. Por isso a verdadeira fé opõe-se à privatização da criação; também não a usurpa, pois lhe é bem comum a ser desfrutado como promessa e providência na perspectiva de graça. Nesse sentido, providência de Deus e cooperação com Deus se complementam em favor de um único objetivo: a vida.⁵⁹

Crer na promessa e confiar na providência são testemunhados na esperança de uma nova mundanidade. Os benefícios da promessa de Deus dizem respeito à concretude da vida humana que, na história, são exemplos da misericórdia e cuidado de Deus.⁶⁰ O testemunho da nova mundanidade, a partir da força da promessa e providência, implica a cooperação no combate ao pecado e à destruição da vida e em favor da preservação da criação de Deus.⁶¹ Assim o ser humano cooperador com Deus age em harmonia com o agir de Deus, portanto, na preservação da criação.⁶²

⁵⁷ ASENDORF, 1998, p. 466-467.

⁵⁸ Lutero compara Maomé e Abraão, ressaltando que, enquanto Maomé “fica em casa”, em segurança, Abraão “sai de casa” em obediência a Deus, cedendo de si e correndo o risco do sair de sua terra, do meio e sua parentela, da casa de seu pai etc. LUTERO, 2014, v. 12, p. 367.

⁵⁹ ASENDORF, 1998, p. 432, 468-469, 477.

⁶⁰ ASENDORF, 1998, p. 433, 474.

⁶¹ ASENDORF, 1998, p. 472.

⁶² STÜMKE, 2007, p. 107.

Conclusão

“E viu Deus que era muito bom” o que criara. Segundo Lutero, a criação de Deus é o “palácio” ou “casa feliz” para o ser humano. A criação é um todo harmônico e expressão da promessa e providência de Deus em favor da vida. O ser humano foi criado como cooperador de Deus, visando à produção e reprodução da própria vida e da vida das demais criaturas. O pecado como aversão a Deus, contudo, afetou o ser humano de forma que usurpou a criação de Deus. O pecado é a expressão da negação pelo ser humano da atribuição recebida de Deus para ser cooperador. O pecado é, assim, o movimento pelo qual o ser humano nega sua identidade excêntrica (em Deus e no próximo), afirmando-se como autorreferente (egocêntrico). A identidade autorreferente se manifesta pelo egoísmo, individualismo.

A atual *oeconomia* se caracteriza pela privatização do bem comum, colocando em ameaça e em relações de injustiça a produção e reprodução da vida. A privatização aniquila a noção do coletivo. O espaço público (em particular, a *politia*) somente ainda persiste como espaço de guerra, violência, competição e busca da causa do privado, do individual. A privatização da *oeconomia* se dá com base numa cultura da “pleonexia” – “querer mais do que a sua parte, querer sempre ter mais”. No *Debate de Heidelberg*, Lutero emprega, em sentido semelhante, o conceito “hidropisia da alma”, segundo o qual “quanto mais [alguém] bebe, mais sede tem”⁶³. Empregados na relação com a criação, o “pecado da hidropisia ou pleonexia” faz o ser humano privatizar a criação. Pela idolatria, criação, pessoas e povos, bens naturais, são tornados objetos de mercadoria, apropriados pelos “fortes” em detrimento dos “fracos”, legitimada pela ideologia de um darwinismo social.

No atual cenário, o pensamento de Lutero tem relevante contribuição para o resgate da *oeconomia* em favor da produção e reprodução da vida em comunhão, contra as forças desagregadoras da privatização que escravizam e ameaçam a vida. O pensamento de Lutero se caracteriza por uma *oeconomia* solidária e, como tal, é deveras atual para a ética e justiça sociais.

Através de sua concepção de dois regimentos, dos três estamentos e dos diferentes ministérios, Lutero afirma a dignidade da igreja em sua relevância social no mundo. Violência e os sinais de morte imperam na economia, no Estado e na igreja.⁶⁴ Contra esses sinais, Lutero conclama a que “não abandonemos, por esse motivo, o governo, a economia (do lar) ou a nossa preocupação com a Igreja”⁶⁵, mas sejam os sinais de morte “impulso e auxílio para a vida”; “pois é necessário que a morte, que te arrebatou, se transforme em vida, e que o inferno, que te engole, se transforme em

⁶³ LUTERO, Martinho. Debate de Heidelberg. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987. v. 1, p. 51.

⁶⁴ LUTERO, 2014, v. 12, p. 293-294.

⁶⁵ LUTERO, 2014, v. 12, p. 231. Veja também p. 448-449.

caminho para o céu”⁶⁶. O “ser para” testemunha que os estamentos são “estamentos de vida ordenados e instituídos por Deus”⁶⁷, a serviço da “esperança de vida”⁶⁸.

Referências

- ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação*; releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Ática, 1994.
- ASENDORF, Ulrich. *Lectura in Biblia: Luthers Genesisvorlesung (1535-1545)*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1998.
- BARTH, Hans-Martin. *Die Theologie Martin Luthers*; eine kritische Würdigung. Gütersloh: Gütersloh Verlagshaus, 2009.
- BAYER, Oswald. *A teologia de Martin Lutero*; uma atualização. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- BRANDT, Hermann. *O Espírito Santo*. São Leopoldo: Sinodal, 1985.
- LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 2001.
- LÖFGREN, David. *Die Theologie der Schöpfung bei Luther*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1960.
- LUTERO, Martinho. Da Santa Ceia de Cristo – Confissão. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. v. 4, p. 217-375.
- LUTERO, Martinho. Debate de Heidelberg. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987. v. 1, p. 37-54
- LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de São Paulo aos Romanos. In: *Pelo Evangelho de Cristo*; obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma. Porto Alegre: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 179-192.
- LUTERO, Martinho. Preleção sobre Gênesis. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2014. v. 12, p. 53-530.
- LUTHER, Martin. *Tischreden*. Ausgewählt und eingeleitet von Karl Gerhard Steck. München: Wilhelm Goldmann, 1959.
- SCHILLING, Heinz. *Martin Luther*; Rebell in einer Zeit des Umbruchs. 2. Aufl. München: C. H. Beck, 2013.
- STEGMANN, Andreas. *Luthers Auffassung vom christlichen Leben*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. (Beiträge zur historischen Theologie, 175).
- STÜMKE, Volker. *Das Friedensverständnis Martin Luthers*: Grundlagen und Anwendungsbeispiele seiner politischen Ethik. Stuttgart: Kohlhammer, 2007.
- WESTHELLE, Vítor. Poder e Política – incursões na teologia de Lutero. In: HELMER, Christine (Ed.). *Lutero: um teólogo para tempos modernos*. São Leopoldo: Sinodal, 2013. p. 315-331.

⁶⁶ LUTERO, 2014, v. 12, p. 339.

⁶⁷ LUTERO, 2014, v. 12, p. 437.

⁶⁸ LUTERO, 2014, v. 12, p. 213.